



**O PETRÓLEO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UM
REDIRECIONAMENTO DIPLOMÁTICO NA DÉCADA DE 1970**

***OIL AND BRAZILIAN FOREIGN POLICY: A DIPLOMATIC
REDIRECTION IN THE 1970'S***

***PETRÓLEO Y POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA: UNA REDIRECCIÓN
DIPLOMÁTICA EN LA DÉCADA DE 1970***

BÁRBARA THAYUSKA LENZ RODRIGUES

Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC - Monjolo), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: barbaralenz25@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7855-3479>

OSVALDO ALENCAR BILLIG

Doutorando em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); MBA em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Bacharel em Administração pela Universidade de Passo Fundo (UPF) Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: probillig@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4166-9232>

RESUMO

O crescimento econômico dos anos 1950 transformou o mundo capitalista nos “anos dourados”. No contexto de Guerra Fria e de um aumento de população mundial, diversas inovações tecnológicas foram implantadas, fomentando o setor de produção industrial, as quais necessitavam do petróleo como recurso energético para progredir e atender as demandas dos países ricos, das economias emergentes e subdesenvolvidas no sistema internacional. O objetivo deste artigo é analisar de que forma o Primeiro Choque do Petróleo da década de 1970 impactou o redirecionamento da política externa brasileira da época. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa de revisão bibliográfica. Em síntese, foi possível analisar e concluir que essa crise do petróleo e os seus desdobramentos financeiros na economia global impactaram diretamente o direcionamento da diplomacia nacional, no qual o Brasil se aproximou e estreitou as relações com o Oriente Médio, expandindo suas parcerias no comércio internacional.

Palavras-chave: Oriente Médio. Brasil. diplomacia. crise econômica. política externa.





ABSTRACT

The economic growth of the 1950s transformed the capitalist world into the "golden years". In the context of the Cold War and an increasing world population, several technological innovations were implemented, fostering the industrial production sector, which needed oil as an energy resource to progress and meet the demands of rich countries, emerging and underdeveloped economies in the international system. The objective of this paper is to analyze how the First Oil Shock of the 1970s impacted the redirection of Brazilian foreign policy at that time. The methodology used in this study was the literature review research. In synthesis, it was possible to analyze and conclude that the oil crisis and its financial ramifications on the global economy directly impacted the direction of national diplomacy, in which Brazil drew closer and strengthened relations with the Middle East, expanding its partnerships in international trade.

Keywords: Middle East, Brazil, diplomacy, economic crisis. foreign policy.

RESUMEN

El crecimiento económico de la década de 1950 transformó el mundo capitalista en los "años dorados". En el contexto de la Guerra Fría y el aumento de la población mundial, se implementaron varias innovaciones tecnológicas, impulsando el sector productivo industrial, que necesitaba del petróleo como recurso energético para progresar y satisfacer las demandas de los países ricos, economías emergentes y subdesarrolladas del mundo. sistema internacional. El objetivo de este artículo es analizar cómo el Primer Choque del Petróleo de la década de 1970 impactó en el redireccionamiento de la política exterior brasileña en ese momento. La metodología utilizada en este estudio fue la investigación de revisión de literatura. En resumen, fue posible analizar y concluir que esta crisis del petróleo y sus consecuencias financieras en la economía global impactaron directamente en la dirección de la diplomacia nacional, en la que Brasil se acercó y fortaleció las relaciones con el Medio Oriente, ampliando sus alianzas en el comercio internacional.

Palabras-Clave: Medio Oriente. Brasil. diplomacia. crisis económica. política externa.

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1950 o mundo capitalista vislumbrou uma demasiada evolução e crescimento econômico, que ficou conhecido como os "anos dourados". Nesse período de Guerra Fria, mais precisamente desde 1947 até o final da década de 1950, a população mundial aumentava, e, com ela, a necessidade de mais recursos alimentares, o que desencadeou uma inovação tecnológica nos setores agrícolas e uma reforma no sistema de produção, impulsionado o comércio em escala mundial e aumentando o nível





de industrialização na esfera internacional. Para atender essa aceleração do setor industrial, o petróleo tornou-se peça chave como combustível fóssil e firmou seu papel pelos anos seguintes como um protagonista na economia global (Hobsbawn, 1995).

Em outubro de 1973, a Guerra do Yom Kippur irrompeu em solo israelense, e, como forma de pressão para obtenção de uma política equilibrada das potências mundiais, em uma conjuntura de polarização no sistema internacional, os países produtores de petróleo da região do Oriente Médio decidiram usar esse óleo muito demandado como um meio para exercer essa pressão, aumentando o seu preço e causando prejuízos e mudanças avassaladoras na economia global, evento que ficou conhecido como o Primeiro Choque do Petróleo (Santana, 2006). O Brasil, sob o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) durante a primeira crise do petróleo, intensificou sua aproximação com algumas nações do Oriente Médio, pois foi diretamente afetado por esse aumento exacerbado, sendo que, naquela época, era o país em desenvolvimento com maior número de importação do óleo no mundo.

O objetivo do estudo do tema é analisar de que forma o Primeiro Choque do Petróleo da década de 1970 impactou o redirecionamento da política externa brasileira da época.

A metodologia utilizada para a realização deste artigo foi a pesquisa e revisão bibliográfica de trabalhos já publicados por outros pesquisadores, autores e estudiosos do tema e correlações, sendo os principais autores referenciados Carlos Ribeiro Santana (2006), Diego Alves Pimentel (2006), Michael Joany Mendoza Romero (2011) e Seme Taleb Fares (2007), por meio de artigos científicos, pesquisas documentais, livros, matérias em revistas e jornais digitais, tanto nacionais quanto internacionais. Inicialmente foi efetuada a pesquisa e escolha da bibliografia, visando encontrar estudos e trabalhos que melhor pudessem orientar, embasar e certificar a construção desse artigo. Essa escolha se justifica pelas contribuições apresentadas nesses trabalhos, as quais são ricas em informações e esclarecimento acerca da temática abordada, além de possuírem um olhar crítico sobre o assunto, o que abre espaço para mais estudos e pesquisas.

Em seguida, realizou-se a leitura e o fichamento dos materiais escolhidos, com a sintetização das ideias a fim de delimitar o objetivo do artigo. Por fim, o trabalho foi escrito e elaborado com base e contribuição de todos os autores referenciados, concluindo





assim a análise da influência e do impacto dos da primeira crise do petróleo da década de 1970 e no redirecionamento das relações diplomáticas e econômicas na política externa brasileira da época, alcançando o objetivo proposto.

A importância da escolha e do estudo do tema proposto se dá pelo entendimento da política externa brasileira, com a formulação de suas diretrizes e seus desdobramentos, e como a mesma foi elaborada durante os anos 1970. Essa elaboração era necessária para que fosse possível atingir as metas internas do país e para estabelecer e estreitar relações com algumas das nações árabes. Essa alternativa era uma maneira de impulsionar a economia nacional e de driblar os prejuízos gerados pela crise do petróleo.

O presente artigo está estruturado e dividido da seguinte forma: a primeira seção, O Papel do Petróleo, aborda de que maneira o óleo se tornou protagonista na economia mundial. A segunda seção, A Guerra do Yom Kippur e o Primeiro Choque do Petróleo (1973), explica os desdobramentos do conflito árabe-israelense e como, somado a mais variáveis, esse evento foi peça-chave para a crise do petróleo. A terceira seção, O Redirecionamento Diplomático Brasileiro na Década de 1970, trata de esclarecer as mudanças que ocorreram na política externa brasileira em decorrência dos aumentos dos preços do barril de petróleo e as relações, então, mais próximas com os países árabes. Nas considerações finais é realizada a análise desse impacto do choque do petróleo na política externa do Brasil daquela década.

2 O PAPEL DO PETRÓLEO, OS ANOS DOURADOS E A OPEP

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, houve uma polarização do sistema internacional entre duas grandes potências, um lado adepto aos ideais capitalistas, sob a liderança dos Estados Unidos, e o outro lado seguindo a ideologia socialista, gerida pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A tensão estabelecida entre os dois polos era constante e deu início à Guerra Fria. Porém, conforme o sistema econômico capitalista empreendia suas ideias em outros países, enquanto os mesmos começavam a se recuperar do grande conflito armado, sucedeu-





se um período de progresso e um demasiado crescimento econômico global, denominado “os anos dourados” (Hobsbawm, 1995).

No entanto, de acordo com Hobsbawm (1995), simultaneamente, na década de 1950, houve um aumento populacional, causado em partes pelas mudanças econômicas, sociais e culturais da época, o que destoava com a produção dos recursos alimentares, podendo gerar fome e miséria em diversos países. Face à essa realidade, fez-se necessário direcionar e criar políticas de inovação tecnológica nos setores agrícolas, o que, mais tarde, gerou um excedente da produção, que foi intercambiado em conjunto com as manufaturas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

A intensificação desse comércio em escala mundial levou a reforma da estrutura de produção e ao aumento da especialização do trabalho nessa mesma escala e, à medida que esse grau de industrialização era impulsionado no sistema internacional, o petróleo firmava seu papel como ator central, sendo o principal combustível fóssil empregado na produção industrial (Romero, 2011).

A implementação dos combustíveis fósseis nesse setor de produção foi muito próspera, pois além de multiplicar os números de produtividade, reduziu os gastos com recursos energéticos, incrementou a especialização, as trocas de matérias-primas e o fluxo de capitais. O petróleo, como já mencionado, era o principal combustível empregado nesse domínio fabril, o que era justificado pelo baixo preço de seu barril, levando, por exemplo, os Estados Unidos, as nações do continente europeu e os países em desenvolvimento, assim como o Brasil, a comprar e depender em larga escala desse insumo, sendo grande parte desse êxito dos “anos dourados” resultado desse mercado petrolífero ascendente (Romero, 2011).

A partir da década de 1960, o petróleo passou a servir de base para a fabricação de produtos petroquímicos e mais de 1.600 artigos já eram produzidos no começo desse período, compreendendo, assim, aproximadamente todas as atividades econômicas (Motta, 2005). Entretanto, com a alta demanda do produto no mercado global, a ambição dos governos ricos e a aceleração desse sistema de produção, os países produtores e exportadores de petróleo do Oriente Médio passaram a sofrer diversos danos e prejuízos





financeiros pela precificação barata que as *majors*¹¹ determinavam para a venda do insumo (Shah, 2004).

Logo, diante destas circunstâncias, essas nações encararam a necessidade de mudar suas situações nesse cenário comercial expansionista, e com o início dos anos 70, as condições de comercialização começaram a se alterar, tendo como agente responsável a unificação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP (Shah, 2004).

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi instituída em setembro de 1960 na cidade de Bagdá, capital do Iraque, por meio de uma reunião entre os países com maior número de exportações de petróleo da época, sendo estes a Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. A primeira sede da OPEP foi estabelecida em Genebra, na Suíça, e o iraniano Fuad Rouhani tornou-se o primeiro Secretário Geral da mesma. Inicialmente, a OPEP possuía doze países-membros efetivos (Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Equador, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela) e um membro associado (Gabão). O surgimento da organização tinha um propósito de enfrentamento às *majors* pelas reduções arbitrárias e unilaterais dos preços do nos meses de fevereiro de 1959 e de agosto de 1960 em benefício próprio, já que as mesmas eram as intermediárias na comercialização do recurso energético (Pimentel, 2006). Essas reduções definharam os planos de desenvolvimento das nações produtoras do insumo, que haviam elevado sua produção para obterem maiores receitas, porém, com a ação das *majors* houve uma grande perda desse faturamento, que atingiu em torno de US\$ 4 milhões para os exportadores do Oriente Médio, e como os governos desses Estados não foram consultados previamente, esse feito das companhias transnacionais resultou na criação da organização intragovernamental (Motta, 2005; Pimentel, 2006).

Os objetivos fundamentais da OPEP eram, então, a unificação e a coordenação das políticas petrolíferas de seus membros produtores e exportadores e a delimitação das melhores formas para a defesa de seus interesses, individual e coletivamente (Pimentel, 2006). Logo, a mesma passou a orientar e advertir seus constituintes de que

¹ Companhias internacionais compradoras de petróleo.





os mesmos não poderiam ser indiferentes às atitudes das companhias multinacionais referente às baixas dos preços, adotando na primeira de suas resoluções o estabelecimento de uma demanda por preços estáveis e livres de flutuações desnecessárias (Veloza, 2011).

Os anos 1960 foram, assim, marcados pelas negociações entre os países integrantes da OPEP com as *majors*, normalmente acerca do respeito às taxas e a cautela por parte das companhias em tomar qualquer decisão de grande relevância sem consultar os países-membros. Em suma, nos primeiros anos de sua vigência, a organização atingiu seu principal propósito e, se não fosse por ela, o valor do barril continuaria a decair no mercado internacional. Conforme o petróleo tornava-se um recurso rentável em decorrência ao seu amplo uso e consumo e os Estados produtores do mesmo passaram a deter um controle maior na regulamentação da precificação do produto, os preços se estabilizaram. No entanto, com o início da década de 1970, esse cenário comercial petrolífero sofre uma brusca mudança, conseqüente de uma guerra e de uma alta exacerbada na demanda pelo insumo, desencadeando uma enorme crise de proporções globais, como será tratado a seguir (Romero, 2011).

3 A GUERRA DO YOM KIPPUR E O PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO (1973)

Previamente à Guerra do Yom Kippur e à crise do petróleo, houveram alguns fatores que desencadearam esses acontecimentos. No cenário da década de 1960, havia uma forte tensão entre países árabes e Israel, que se intensificou nos anos seguintes à Crise de Suez (1956). Essa rivalidade gerou, em junho de 1967, a Guerra dos Seis Dias, também conhecida como Terceira Guerra Árabe-Israelense, na qual o Egito sofreu mais de dez mil baixas no seu exército e perdeu quase todo o seu armamento militar, enquanto Israel, por outro lado, ocupou as extensões da faixa de Gaza, a Cisjordânia, uma zona da Síria e a península de Sinai. Logo após esse combate, a União Soviética contribuiu para apoiar e restaurar o exército egípcio. Alguns anos depois, em 1973, no dia 06 de outubro, conhecido como dia do perdão para os judeus naquele ano, a festividade religiosa do Yom Kippur, os israelenses foram atingidos com um ataque das forças





armadas do Egito em seu território. Como era uma data de festividade religiosa, os israelenses estavam nas sinagogas do país para pedir perdão quando foram surpreendidos pelas tropas de defesa nacional que buscavam por jovens reservistas enquanto as sirenes soavam por todo o país. Esse foi o início do confronto armado denominado Guerra do Yom Kippur ou Quarta Guerra Árabe-Israelense (Caicedo, 2017; Maffeo, 2003; Romero, 2011).

Nesse conflito árabe-israelense, a URSS já havia deixado claro seu lado com a ajuda anterior ao Egito. Em contrapartida, o opositor da União Soviética na Guerra Fria declarou seu apoio à Israel (grande aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio), enviando uma numerosa quantidade de armamentos militares para a nação israelita. Diante dessas intervenções do ocidente e como consequência delas, despertou-se uma onda de solidariedade entre os países árabes em favor do país egípcio e em detrimento ao apoio israelense, dando início aos cortes no fornecimento de petróleo aos EUA, sendo a Arábia Saudita, em 18 de outubro de 1973, a primeira a proibir o envio do recurso energético aos portos estadunidenses (Maffeo, 2003; Romero, 2011).

Contudo, apesar do cenário de hostilidade, em 11 de novembro de 1973 se firma um acordo de cessar-fogo da Guerra de Yom Kippur mediado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e mais tarde Israel por meios acordados realiza diversas concessões ao Egito, incluindo a devolução de grande parte dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias em 1967. Entretanto, mesmo com o fim do conflito armado, a crise dos preços do óleo causou grandes movimentos e desdobramentos negativos na economia ao redor do mundo. Além disso, esses aumentos na precificação foram causados pelo poder que os países-membros da OPEP detinham em suas mãos por produzirem e comercializarem esse produto com grande demanda global (Maffeo, 2003).

A situação começou a se tornar crítica com o aumento dessa procura por petróleo, pois as reservas desse insumo dos países importadores, como os Estados Unidos, outras economias industrializadas e nações subdesenvolvidas, estavam chegando ao fim e não poderiam mais suprir as necessidades dos mesmos, que passaram a depender extremamente da compra do óleo cru do Oriente Médio, o que desencadeou uma mudança significativa na dinâmica básica da política petrolífera, e reduziu o campo de





produção do óleo pelo continente americano em 1970, de 1/3 para apenas 1/4 dessa fabricação global três anos mais tarde (Pimentel, 2006).

A Venezuela, por exemplo, em 1970 já havia sido ultrapassada pelo Irã e pela Arábia Saudita como maior exportadora global do combustível fóssil. Dessa forma, a conjuntura de bem-estar econômico dos “anos dourados” em que estavam os países adeptos ao capitalismo desde a década de 1950 até o ano de 1973, se acabou com a Guerra do Yom Kippur, o que levou ao crescimento da precificação do petróleo e que desencadeou uma crise financeira de proporções e repercussões internacionais, que ficou conhecida como o Primeiro Choque do Petróleo (Pimentel, 2006).

Inicialmente, o controle dos preços do petróleo pelos países-membros da OPEP altera esse âmbito econômico desfavorável em que os mesmos estavam inseridos enquanto as *majors* determinavam baixos valores, o que leva as nações exportadoras a deter um poder de barganha em suas mãos, principalmente pelo demasiado consumo do produto por outros países que não conseguiram mais suprir suas necessidades internas com suas reservas e dependiam do Oriente Médio. Essas demandas somadas aos acontecimentos políticos no sistema internacional que aumentaram as tensões internacionais, reforçaram as relações entre alguns dos países árabes, o que também é visto na guerra de 1973, com a onda de solidariedade que ocorre em favor do Egito. Ademais, o embargo do petróleo aos Estados Unidos e à quem apoiasse Israel no conflito, os acordos de redução da produção e o uso da guerra como justificativa para aumentar o preço, contribuíram, assim como os demais fatores, de maneira fundamental para a eclosão desse colapso (Killian, 2014; Venn, 2016).

Esse choque no sistema de comércio petrolífero mundial provocou diversos custos aos importadores do material energético, que, para atender seus projetos de industrialização e desenvolvimento nacionais, agora careciam de soluções para diminuir os prejuízos causados pela quadruplicação do preço do barril de petróleo, que passou de US\$ 3 para US\$ 12, entre os meses de outubro de 1973 e dezembro de 1974, pondo fim a uma era de importação de energia barata (Santana, 2006). Cada país, no entanto, reagiu de uma maneira diferente em relação à essa crise econômica, onde alguns trataram o novo aumento do preço como uma sobretaxa inflacionária que foi contrabalanceada por pagamentos de juros mais altos no mercado interno, enquanto





outros viam esse incremento como um imposto contracionista que precisava ser neutralizado por meio de taxas de juro para manter os empregos (Maier, 2009). O Brasil, como país com grande dependência do recurso, também precisou realizar manobras diplomáticas para amenizar os efeitos negativos da crise, e adotou medidas de proximidade com os vendedores de petróleo para isto, como será explicado na próxima seção.

4 O REDIRECIONAMENTO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970

O Brasil, no ano de 1964, passou por um golpe militar que deu início a um período de ditadura que durou vinte e um anos, com cinco presidentes militares ao todo no comando do país durante essas duas décadas. Antes do exército brasileiro assumir o poder, o governo do então presidente Jânio Quadros (1961), empossado em janeiro de 1961, adotava uma política externa independente e, seu sucessor, João Goulart (1961-1964), sempre procurou conduzir as relações com os Estados Unidos com moderação, mesmo este sendo a maior potência capitalista da época (Gonçalves, 1993).

Entretanto, com esse novo ciclo, caracterizado pelas forças armadas militares à frente do Brasil, em abril de 1964, houveram mudanças na condução da política externa brasileira, e essas modificações nas diretrizes das relações externas do país continuaram a ocorrer conforme os outros chefes de governo assumiram o governo nacional. Os militares almejavam uma posição de grande importância para o Brasil no plano mundial em razão do potencial do país com suas dimensões continentais, através do qual o país passaria de ser um expectador para então ter voz ativa no sistema internacional. Além desses interesses nacionais de tornar o país latino uma grande economia mundial, os projetos desenvolvimentistas também levaram a esses redirecionamentos da política externa. (Garcia, 1997; Gonçalves, 1993).

No início da década de 1970, o grande foco do país estava em seu projeto desenvolvimentista, tendo no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) uma orientação da política externa que salientava as relações bilaterais nas práticas diplomáticas em favor desse desenvolvimento doméstico. Dessa forma, as diretrizes da





política externa brasileira eram formuladas visando enfatizar o comércio exterior e a conquista de mercados internacionais para a exportação de mercadorias e produtos originários das indústrias nacionais (Santana, 2006). Entretanto, apesar de estar buscando alavancar seus negócios comerciais internacionais, o Oriente Médio, nesse contexto, até pouco antes de 1973, não era uma área muito atrativa na visão da política externa brasileira, o que refletia muito o fato dessa região ser extremamente marginalizada e apartada pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental dentro do quadro da Guerra Fria (Fares, 2007), mesmo o país sul-americano necessitando demasiadamente das compras de petróleo que realizava de países que compunham essa região oriental.

Nesse cenário desenvolvimentista brasileiro, o petróleo era uma variável fundamental para que esse projeto pudesse evoluir e atingir as expectativas e os objetivos dos governantes, ainda que o país não fosse capaz de produzir pela Petrobrás a quantidade necessária para atender sozinho suas próprias necessidades, sendo que no início da década de 70 o consumo dessa variável aumentava na ordem de 7%, enquanto a produção interna não se aproximava nem dos 5% de crescimento (Fares, 2007). Como era um país extremamente dependente de importações desse insumo, chegando a alcançar o posto de país em desenvolvimento que mais importava o produto e ficando em sétimo lugar na escala mundial em 1974, era visível que o petróleo era uma vulnerabilidade brasileira muito grande, que impactava nos setores industriais e de transportes de uma forma significativa e que essa vulnerabilidade, com o primeiro choque do petróleo, foi provada quando o Brasil sofreu impactos severos consequentes dessa crise (Santana, 2006).

Com a eclosão do primeiro choque do petróleo em outubro de 1973, após o rompimento da Guerra do Yom Kippur em solo israelense, e o sucessivo aumento do preço do barril desse insumo pelos países produtores no Oriente Médio, o Brasil estava em uma posição desfavorável e muito suscetível aos grandes e extremamente prejudiciais impactos que essa crise gerou no sistema econômico global, por ser, como já citado, refém da compra internacional dessa matéria base para sua produção nacional (Santana, 2006). O governo do país em conjunto com seu Ministério de Relações Exteriores precisou articular reformas na política externa brasileira, direcionando seu foco





em formalizar acordos com os países produtores no Oriente Médio, a fim de manter-se abastecido desse elemento de larga importância econômica e como tentativa de negociar uma baixa nos preços para a compra do petróleo, o que tornou essa importação uma questão estratégica para a diplomacia brasileira (Fares, 2007).

O impacto desse aumento foi tão forte no Brasil que o país passou de um gasto de 15% da receita das exportações na compra de petróleo em 1972, para um percentual de 40% em 1974 (Santana, 2006). Isso refletiu de forma negativa nos projetos desenvolvimentistas que os governos militares propunham, pois esses planos de desenvolvimento dependiam largamente do combustível fóssil. Como viram uma necessidade de adequar-se à nova realidade para não sofrerem mais com as consequências das crises, o Brasil adotou uma posição pró-árabe nos foros multilaterais e intensificou suas relações com esses países. No ano de 1974, houve um grande aumento do número de embaixadas e consulados brasileiros no Oriente Médio e, nesse período, a Arábia Saudita e o Iraque foram as nações que o governo brasileiro mais se aproximou para atingir seus objetivos econômicos. Entretanto, nesses primeiros anos de crise, por maior aproximação que conseguiu com esses outros países subdesenvolvidos, a balança comercial brasileira ainda estava em desvantagem (Santana, 2006).

O relacionamento brasileiro-iraquiano, por exemplo, antes do choque do petróleo de 1973, era extremamente limitado em razão do baixo nível de desenvolvimento econômico do Iraque, dificultando a interação bilateral com o Brasil. Todavia, conforme a demanda por petróleo pelos brasileiros se intensificou, o Iraque passou a ser considerado um dos melhores mercados do mundo árabe pelo governo brasileiro, e passaram a se firmar acordos de comércio mútuo entre os dois países e estabelecer relações diplomáticas com a nação iraquiana (Fares, 2007).

Dois pontos marcam essa relação entre os dois países como uma grande oportunidade para o Brasil, sendo primeiro o fornecimento de petróleo a preços oficiais, em meio a crise no mercado global, e o segundo com Iraque sendo um grande mercado consumidor das exportações de produtos e serviços brasileiros. Essa aproximação comercial fez com que o Iraque recebesse uma especial por parte da diplomacia e dos demais órgãos do governo brasileiro (Fares, 2007). Dessa forma, a dependência brasileira por petróleo em sua maior parte foi suprida pelo insumo iraniano, e essa





parceria, nos anos seguintes, garantiu uma segurança e evitou que o Brasil enfrentasse um novo grande colapso que foi causado pela crise do segundo choque em 1979.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto dos “anos dourados” da década de 1950 o petróleo mostrou o seu papel de protagonista na economia mundial como recurso energético e a sua influência nos processos de desenvolvimento, como instrumento de pressão internacional, como arma econômica e como recurso de grande impacto importância estratégica, tanto para as economias ricas quanto para os países em subdesenvolvimento.

Dessa forma, os países membros da OPEP identificaram que detinham um grande poder de barganha em suas mãos ao produzir e comercializar esse produto no mercado global, principalmente pela sua alta demanda, e usaram deste poder como uma maneira de se estabelecer e firmar seu papel como importantes atores na economia mundial.

Essa mudança radical causada no sistema econômico global demonstrou que o Oriente médio, que era um lugar marginalizado pelos Estados Unidos e pela Europa, passou a ser o foco central em termos no sistema financeiro internacional, onde vários países começaram a buscar o recurso energético tão valioso, redirecionando seus relacionamentos e parcerias exteriores, o que não foi diferente para o Brasil, que também implementou uma mudança nas suas relações internacionais para com os países árabes produtores de petróleo por meio de uma aproximação diplomática para tentar amenizar os efeitos desse choque em sua economia nacional.

O suprimento de petróleo para a concretização dos projetos desenvolvimentistas, almejados pelos governos militares da época, era o que interessava o Brasil em virtude da crise energética que o mesmo enfrentava, já que dependia em grande escala da importação desse insumo que havia quadruplicado de preço. É possível observar, assim, que a agenda econômica brasileira, impactada pela crise do contexto internacional da grande procura pelo petróleo, determinou a agenda política e diplomática das relações exteriores do país, onde o Brasil passou por uma grande mudança e determinou novas relações bilaterais com as nações árabes.





Em suma, analisando toda essa conjuntura, é possível afirmar que o primeiro choque do petróleo de 1973 e os seus desdobramentos financeiros na economia mundial impactaram e influenciaram grandemente o curso das diretrizes da política externa brasileira, estreitando as relações com o Oriente Médio e abrindo-se para novas parcerias no comércio internacional, focando sempre no objetivo de equilibrar a balança comercial como país parceiro. Como ambos os lados eram nações subdesenvolvidas, os relacionamentos estabelecidos foram de grande importância para ambos.

Ademais, com a realização desse estudo foi possível esclarecer diversos pontos acerca de como mudanças externas podem impactar diretamente o rumo da política externa de um país que está inserido no sistema internacional, mesmo essa nação possuindo projetos internos de desenvolvimento como prioridade. E a partir desse esclarecimento se abrem mais portas para o debate dos grandes eventos que provocaram crises no mundo capitalista global, e como esses eventos podem fazer os governantes redirecionarem seus interesses e adotarem novas estratégias diplomáticas.

REFERÊNCIAS

CAICEDO, E. N. 2017. Conflicto en Medio Oriente: La guerra de Yom Kippur árabe (Siria-Egipto)-Israelí. **Universidad Católica de Colombia**, Bogotá. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10983/15827>. Acesso em: 01 maio 2021.

CERVO, A. L.; BUENO, C. 2011. **História da Política Exterior do Brasil**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FARES, S. T. 2007. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 129-145, dez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 abr. 2021.

GARCIA, E. V. 1997. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 18-40, abr. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/j4bXgSLG4dXCV4SMfK3qQfp/#>. Acesso em: 06 maio 2021.

GONÇALVES, W. S.; MIYOMOTO, S. 1993. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246.





Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1964>. Acesso em: 06 maio 2021.

HOBBSAWN, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX. 1 ed. Companhia de Letras, 1995.

KILIAN, L. 2014. Oil Price Shocks: Causes and Consequences. **Annual Review of Resource Economics**, Michigan, v. 6, p. 133-154. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-resource-083013-114701>. Acesso em: 17 abr. 2021.

MAFFEO, A. J. 2003. La Guerra de Yom Kippur y la crisis del petróleo de 1973. **Revista Relaciones Internacionales**, n. 25. Disponível em: https://www.iri.edu.ar/revistas/revista_dvd/revistas/R25/ri%2025%20hist%20Articulo_1.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.

MAIER, C. S. Two Sorts of Crisis? The “long” 1970s in the West and the East. 2009. **Koordinaten deutscher Geschichte in der Epoche des Ost-West-Konflikts**, editado por Hans Günter Hockerts, Berlim, Boston: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, p. 49-62. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1524/9783486594607-005/html>. Acesso em: 17 abr. 2021.

MOTTA, M. F. Thompson. A origem da OPEP. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 59, n. 1, p. 34-36, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/27327>. Acesso em: 02 maio 2021.

PIMENTEL, D. A. 2006. Indicadores de vulnerabilidade de petróleo: o caso da OPEP. **Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://antigo.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/dapimentel.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

ROMERO, M. J. M.; GARCÍA, Á. D. R. 2011. La guerra del Yom Kippur y la debilidad del capitalismo. **Criterios Revista Estudiantes Facultad de Ciencias Económicas**, v. 1, n. 1, p. 47-52. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/CREFCE/article/view/3263>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SANTANA, C. R. 2006. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 157-177. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35849209>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SHAH, Sonia. Crude: The Story of Oil. Seven Stories Press, 2004.





VELOZA, F. M. 2005. La OPEP: Cuarenta y cinco años de historia dos interpretaciones teóricas. **Actualidad Contable Faces**, Mérida, ano 8, n. 11, p. 30-44. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257011105>. Acesso em: 26 abr. 2021.

VENN, F. 2016. The Oil Crisis. Nova York, **Routledge**. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=742TDAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 01 maio 2021.

